ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO MUNICIPAL PSE - 2010

JANEIRO/2011

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DEPARTAMENTO ATENÇÃO BÁSICA

SUMÁRIO

A - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: DIRETRIZES E OBJETIVOS 2

B – O PAPEL DO GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL – GTI MUNICIPAL 4

C - PERCURSOS DO PROJETO MUNICPAL PSE 2010 4

D – COMPONENTES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA 6

I- Avaliação clínica e psicossocial 6

II - Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos 7

Promoção da Alimentação Saudável 7

Promoção da Atividade Física 7

Educação para a Saúde Sexual e Reprodutiva 8

Prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas 9

Promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes 9

III- Educação permanente e capacitação de profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens para o Programa Saúde na Escola 9

IV – Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Escolares 9

V - Monitoramento e a Avaliação do Projeto Municipal Saúde na Escola 10

E – SUGESTÃO DE ESTRUTURA DO PROJETO MUNICIPAL PSE 2010 11

1 - PROBLEMA/JUSTIFICATIVA 11

2 - OBJETIVOS 12

3 - AÇÕES 12

4- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13

F - BIBLIOGRAFIA DE APOIO SUGERIDA 14

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO MUNICIPAL PSE 2010

Um dos passos mais importantes para adesão Programa Saúde na Escola – PSE é a elaboração do Projeto Municipal Saúde na Escola.

Um projeto surge em resposta a um problema concreto. Elaborar um projeto é, antes de tudo, contribuir para a solução de problemas, transformando IDÉIAS em AÇÕES.

O documento chamado projeto é o resultado obtido ao se "projetar" no papel tudo o que é necessário para o desenvolvimento de um conjunto de atividades a serem executadas: quais são os objetivos, que meios serão utilizados para atingi-los, quais recursos serão necessários, onde serão obtidos e como serão avaliados os resultados.

A organização do projeto em um documento nos auxilia sistematizar o trabalho em etapas a serem cumpridas, compartilhar a imagem do que se quer alcançar, identificar as principais deficiências, a superar e apontar possíveis falhas durante a execução das atividades previstas.

Neste documento disponibilizamos conteúdos e orientações que facilitam a elaboração do Projeto Municipal PSE 2010, considerando sempre a perspectiva de que o modo de pensar e executar esse projeto devem ser sempre coletivo, intersetorial e voltado para as necessidades do contexto local.

A - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: DIRETRIZES E OBJETIVOS

Conforme o Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, as diretrizes e objetivos do PSE evidenciam que, mais do que uma estratégia de integração das políticas setoriais, ele se propõe a ser um novo desenho da política de educação em saúde que:

a) Trata a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;

b) Permite a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens e à educação em saúde; e

c) Promove a articulação de saberes, a participação de alunos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política.

As diretrizes para a implementação do PSE são:

I. Descentralização e respeito à autonomia federativa;

II. Integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde;

III. Territorialidade;

IV. Interdisciplinaridade e intersetorialidade;

V. Integralidade;

VI. Cuidado ao longo do tempo;

VII. Controle social; e

VIII. Monitoramento e avaliação permanentes

São objetivos do PSE:

1. Promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
2. Articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
3. Contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
4. Contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
5. Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
6. Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e
7. Fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três esferas de governo.

É fundamental a articulação com os diversos setores da sociedade como:

Educação, cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, a sociedade civil, setores não-governamentais e setor privado, entre outros, para o desenvolvimento de estratégias que contemplem a dimensão da vida.

O território é o espaço de produção da vida e, portanto, da saúde, sendo este construído e constituído coletivamente. A saúde é uma produção social, portanto, é fundamental a garantia de espaços de trocas de experiências e de construção coletiva de saberes. A partir da participação ativa dos sujeitos em práticas cotidianas é possível vislumbrar uma escola que forma cidadãos críticos e informados, com habilidades para agir em defesa da vida.

Trata-se da educação que focaliza o sujeito, buscando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, com equilíbrio entre os diferentes aspectos – cognitivos, afetivos e sociais. O PSE é uma estratégia que atua em consonância com o Programa Mais Educação para atender à atenção integral de crianças e adolescentes, integrando os campos da saúde e da educação.

B – O PAPEL DO GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL – GTI MUNICIPAL

O GTI municipal tem papel fundamental na organização do processo inicial de formulação do projeto Municipal e também na sua implementação. O GTI deve assumir as funções de gerencia do Projeto Municipal, promovendo a mobilização das equipes de saúde e educação.

Sua ação deve ser contínua e o grupo deve encontrar uma forma de funcionamento adequada às necessidades do projeto: pactuando formas e frequencia de reuniões, promovendo a interação dos setores Saúde e Educação respeitando a competência do setor Educação no âmbito de sua governabilidade sobre as escolas (ação via Educação).

Considerando que os setores Educação e Saúde observam as escolas a partir de seus pontos de vista, pensam necessidades próprias inerentes a seu setor e formulam "idéias" que sofrerão adequações ou adaptações num processo de fusão ou integração das idéias, sem perder de vista o olhar, específico de cada setor, para o mesmo objeto que é a escola ou o aluno.

É pela ação do GTI que a intersetorialidade vai sendo construída.

C - PERCURSOS DO PROJETO MUNICPAL PSE 2010

É preciso pensar um projeto na perspectiva do diálogo e da participação dos diferentes atores no processo intersetorial. Um projeto baseado numa metodologia participativa demanda o conhecimento das formas como as relações acontecem nos territórios de responsabilidade, envolvendo estratégias como a problematização, identificação de recursos, planejamento, sistematização e avaliação de ações criadas pelas pessoas e comunidades que vivem aquela realidade.

Para a construção de um Projeto Municipal PSE 2010 é importante levar em consideração a realidade local, tomar conhecimento de seus desafios e limites previamente identificados, para que se possa fazer um projeto real e não ideal.

Os Projetos ideais, desvinculados das possibilidades reais locais, acabam por enfraquecer e desestimular a equipe dedicada à sua implementação. Portanto, um Projeto deve ser entendido como um ponto de partida, que deve ser visitado e re-pensado ao longo do processo, para que o objetivo maior – contribuir para a melhoria da saúde dos escolares – não se perca em dificuldades ou "becos sem saída".

Quando se pensa em resultados esperados, é preciso pensar também em resultados conseguidos, pois muitas vezes o conseguido é mais importante do que o que foi planejado. A análise do processo desenvolvido pode indicar maneiras inovadoras de olhar e viver os desafios locais.

A reflexão em torno de algumas perguntas pode favorecer a organização das idéias, as perguntas não precisam ser exploradas de maneira linear, uma acontecendo antes e a outra depois, pois as descobertas e entendimentos acontecem juntos.

a) Qual a rede de saúde e escola do município e como estão os avanços e desafios da saúde dos escolares dessa rede em relação às áreas temáticas de ação do PSE?

Para se trabalhar de forma intersetorial, é preciso conhecer a realidade da comunidade escolar que estamos abordando.

- Quais são as necessidades daquele grupo?
- Qual o principal problema?
- Quais os principais riscos aos quais os estudantes são submetidos?
- Quais os recursos que podem ser acionados?

A implementação do Programa Saúde na Escola prevê a articulação de diversas ações em saúde na escola que devem ocorrer de forma concomitante. Essas ações são apresentadas aqui por componentes ou áreas temáticas agrupadas de acordo com a natureza das ações, como:
- avaliação das condições de saúde dos estudantes,

- ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos,

- formação de profissionais e jovens para atuarem como multiplicadores

- monitoramento da saúde dos estudantes e o monitoramento do próprio programa.

Cada realidade apresentará grandes tarefas e por isso essa primeira etapa é tão importante, pois ela possibilitará que se faça escolhas por prioridades de ações, guiadas pelos objetivos do PSE e pelas necessidades locais. Após essa etapa deverão ser feitas escolhas por grandes tarefas principais, e essa escolha será, sobretudo política – ela pode ao não beneficiar a participação social, pode ou não incluir a dimensão da história de vida de cada um, pode ou não fortalecer os sistemas públicos de saúde e educação.

CONHECENDO A REALIDADE LOCAL

1 – Valorize a diversidades de olhares e vivências no território;
2 – Identifique: relações e tensões no processo de vinculação com a escola e a comunidade;
3 – Identifique: barreiras e oportunidades para o sucesso do trabalho.

b) Com quais agentes dessa rede saúde-escola podemos contar para agir sobre os desafios na melhoria da saúde dos escolares?

Enquanto se pergunta e vive a realidade local com seus avanços e desafios é importante definir quais os principais parceiros a serem contatados e abrir junto a eles uma rede de conversas, possibilitando que os atores trabalhem de forma conjunta ainda na produção do entendimento da realidade local.

No entanto a identificação de necessidades pode apontar para quais parceiros deverão ser acionados. Além das Secretarias de Educação e das Secretarias de Saúde, são potenciais parceiros as Secretarias de Cultura, de Assistência social, de Meio Ambiente, de Justiça, Conselhos Tutelares, entre outros órgãos governamentais e sua grande variedade de programas, como o Programa Sentinelas de abordagem à violência e maus-tratos na infância, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), programas que trabalhem a inclusão de portadores de deficiência, programas que propiciem a inclusão digital dos estudantes, entre outros. A sociedade

civil organizada também é importante parceira, onde podem ser destacadas as instâncias de controle social da saúde e educação, via Conselhos Locais, Municipais e Estaduais de Saúde ou de Educação, o trabalho articulado junto às organizações não governamentais (ONGs), pastorais e representantes de entidades religiosas e beneficentes, entre outros.

Para que as parcerias resultem em sucesso, é importante que cada ator envolvido tenha ciência da relevância das questões que estão sendo enfrentadas e da clareza de seu papel no projeto. Muitas vezes o desapontamento surge de parcerias mal feitas, onde apenas um ente assume a totalidade das responsabilidades. É importante tornar claro, sejam por meio da rede de conversas, projetos escritos, seja até mesmo mediante a assinatura ou termos de parcerias, o que cada um deve desempenhar para o bom andamento do projeto.

Também é de grande importância considerar a carga de trabalho dos profissionais com os quais se conta (professores, profissionais de saúde), de forma que possamos sugerir ações que venham a ser vistas como uma oferta para a organização do processo de trabalhos dessas equipes, ou seja, um recurso, e não um fardo.

c) Quais as grandes e principais tarefas que compõem esses desafios? Quais passos, com quem e como podemos enfrentar cada grande tarefa? O que se espera como resultado desses passos no prazo de um ano?

Cada grande desafio precisa então ser desmembrado em ações, com responsáveis, custos, cronograma e resultados esperados.

A seguir serão detalhados os componentes do PSE e possíveis ações específicas. Esse detalhamento poderá orientar tanto a escolha das tarefas prioritárias quanto as ações necessárias para execução da tarefa, lembrando que cada uma das ações deve ser desenvolvida na escola do modo mais articulado possível aproximando e integrando os profissionais entre si, com os educandos e a comunidade.

D – COMPONENTES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

I- Avaliação clínica e psicossocial

Para garantir a implementação do Programa Saúde na Escola é preciso avaliar as condições de saúde de crianças, adolescentes, jovens e adultos que estão na sala de aula.

Este momento deve ser oportunamente agendado e acordado com a direção da escola, pois representa um importante momento de aproximação e encontro entre a equipe de saúde e a comunidade escolar.

O Programa Saúde na Escola prevê a realização de três atividades conjuntas: a avaliação clínica e psicossocial; a avaliação nutricional e a avaliação da saúde bucal. Estas são ações estratégicas a serem desenvolvidas pelos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF).

Essas avaliações têm o objetivo de conhecer como anda o crescimento e o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens, levando em conta também os aspectos relativos à sua saúde mental. A primeira atividade é verificar e acompanhar a caderneta da criança para garantir

que todas as vacinas estejam em dia, de acordo com o calendário oficial de vacinação. Vale ressaltar que os estudantes do Ensino Fundamental e Médio, por exemplo, devem estar vacinados contra a Hepatite B.

Também fazem parte as avaliações auditivas e oftalmológicas dos estudantes.

Dificuldades na visão e na audição são grandes obstáculos no processo de aprendizagem, portanto, devem ser detectadas o mais rápido possível. Se algum estudante apresentar alguma suspeita de alteração na capacidade visual ou auditiva, deve ser encaminhada à unidade Saúde da Família. O objetivo é garantir aos estudantes que necessitem, o mais cedo possível, o acesso ao uso de óculos ou de aparelhos de audição.

Recomenda-se identificar hábitos alimentares inadequados que podem levar ao desenvolvimento de distúrbios alimentares, obesidade, desnutrição, anemias, doenças bucais (como cárie e doença periodontal) e ainda agravar quadros de hipertensão arterial. Há problemas que podem ser diagnosticados já na infância e que, por isso, são mais fáceis de serem tratados.

II - Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos

A escola é um equipamento social importante para construção de uma sociedade democrática. Logo, as crianças, adolescentes e jovens devem participar das decisões que ocorrem no cotidiano da escola, como por exemplo, na elaboração de um plano de ação em saúde, que pode ser incluído no Projeto Político-Pedagógico - PPP. Bom reforçar a relevância do protagonismo infanto-juvenil e da inclusão do Projeto do PSE no PPP.

A escola é um espaço potencial de transformações sociais e de constituição de conhecimentos e valores. Toda e qualquer atividade de promoção da saúde visa à redução das chamadas vulnerabilidades da ordem individual, social e institucional, como, por exemplo, uso de drogas (sejam lícitas como álcool e tabaco ou ilícitas), redução do sedentarismo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e intervenção sobre as situações de violências e outras, que comprometem o crescimento e desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens. Algumas ações são estratégicas para a promoção da saúde na escola. São elas:

Promoção da Alimentação Saudável

As equipes de Atenção Básica e Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família, em parceria com os profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e da área de Nutrição responsável pela alimentação escolar do município realizarão ações coletivas de orientação aos alunos com base nos "10 passos da Alimentação Saudável". O objetivo é estimular a oferta de alimentos saudáveis e a escolha de opções adequadas, bem como a discussão de temas relacionados ao perfil nutricional e cultural de cada região.

Promoção da Atividade Física

Cresce, a cada dia, a consciência de que a prática regular de atividade física é importante para o bem-estar físico e mental das pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, correspondendo a um importante fator de proteção da saúde (especialmente para doenças crônicas como diabetes e hipertensão arterial e até mesmo câncer). Ao promover uma prática inclusiva e não

competitiva na escola, a Educação Física procura revelar para a garotada a importância de uma vida ativa. Sabemos que as atividades físicas, além de prevenir doenças, promovem valores, como lealdade e determinação, o respeito às regras e a importância de trabalhar em equipe, que os acompanharão pelo resto de suas vidas. Jogos e brincadeiras populares também são recomendados.

A identificação na comunidade de iniciativas e espaços que promovam a atividade física é importante para a conformação de uma rede promotora de saúde no território em que a escola se insere, que pode se articular com outras redes, como por exemplo, a de proteção e prevenção de violências. Em alguns casos a quadra da escola é a única no dado território e, portanto, deve atender à comunidade como um todo.

Outros Projetos e Programas, como Escola Aberta, o Mais Educação (Ministério da Educação); Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade (Ministério do Esporte) devem se articular localmente para convergir as propostas e potencializar as iniciativas existentes.

Educação para a Saúde Sexual e Reprodutiva

No Brasil, a idade média de iniciação sexual está em torno dos 15 anos, ou seja, em idade escolar, o que justifica a necessidade de realizar ações de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV/AIDS à população de adolescentes e jovens escolares, assim como ações de promoção da saúde, visando o enfrentamento das suas vulnerabilidades.

De acordo com o último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Dezembro, 2007), foram identificados 54.965 casos de AIDS, sendo 10.337 entre jovens de 13 e 19 anos e 44.628 entre os de 20 e 24 anos. É importante ressaltar que o número de casos entre os jovens de 13 a 19 anos, vem crescendo desde o início da epidemia.

Com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades e contribuir para a promoção da saúde de adolescentes e jovens, por meio de ações de reflexão sobre questões relacionadas à saúde integral, sexualidade, gravidez na adolescência, prevenção das DST/AIDS, gênero e diversidade sexual foi lançado em 2003 o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Tem como principais objetivos: Contribuir para a promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de adolescentes e jovens.

Contribuir para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS entre adolescentes e jovens escolares; Desenvolver ações articuladas no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde; Envolver toda a comunidade escolar na promoção de ações em saúde sexual e saúde reprodutiva; Promover a participação de adolescentes e jovens em todas as etapas de desenvolvimento e implementação do Projeto.

O SPE possui gestão descentralizada, por meio da constituição de grupos de trabalho e/ou grupos gestores, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação de organizações da sociedade civil, universidades e outros parceiros locais. Agrega diferentes iniciativas regionais e contribui para o fortalecimento da resposta nacional à epidemia de HIV/AIDS.

Prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas

Desenvolver ações com vistas à prevenção do uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, também faz parte das atividades desse segundo passo. Pesquisas no Brasil indicam que cresce o número de jovens que fumam ou bebem desde muito cedo. Por essa razão, é necessário incorporar essa discussão ao cotidiano da escola. A atualização dos educadores sobre esses temas é importante. Um bom material de apoio é o conteúdo do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que instrui professores a abordar adequadamente as situações de uso de drogas e encaminhar alunos e familiares para a chamada Rede de Serviços de Atenção, que existe no âmbito municipal, estadual e federal.

Promoção da Cultura de Paz e prevenção das violências e acidentes

Há muitos Projetos e Programas que se propõem a promover a cultura de paz nas unidades escolares. Uma grande rede de apoio e proteção à educação deve ser estabelecida e formada para ajudar as escolas a promover atividades e ações para construir um ambiente sadio e solidário, sem violência. Uma das metas do Programa Saúde na Escola é atualizar, em seu primeiro ano, cerca de 14 mil professores e profissionais ligados à rede de proteção nos temas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. O Projeto Escola que Protege, atualmente presente em 19 unidades da federação, deve ser articulado com outras iniciativas como a Rede de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (financiada pelo SUS) e com Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, entre outros.

O Grupo de Trabalho do seu município pode construir Projetos originais junto às escolas participantes do PSE, mas também pode incorporar outras iniciativas já em curso e solicitar a implementação de Projetos existentes nos Ministérios da Saúde e Educação.

III- Educação permanente e capacitação de profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens para o Programa Saúde na Escola

Ação intersetorial é um grande desafio para todos os atores, assim para favorecer seu desenvolvimento é fundamental criar espaços de educação permanente dos envolvidos.

Neste sentido, o Programa Saúde na Escola - PSE deve usar diferentes estratégias para que esta formação chegue a todos os interessados.

Convocar os jovens para participar desse processo de capacitação fortalece o protagonismo juvenil, porque a adesão da garotada garante que o trabalho promova significativas transformações sociais na vida de todos.

O público prioritário são professores e gestores da educação básicas e profissionais das equipes de saúde na família.

IV – Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Escolares

O monitoramento da saúde dos escolares é um dos componentes mais importantes do PSE, pois através de suas atividades é possível saber e acompanhar o impacto das ações, respondendo à pergunta: a saúde dos escolares melhorou?

Para responder a essas questões, várias estratégias podem ser utilizadas. É sem dúvida importante proceder a uma análise epidemiológica, com base nos principais indicadores de saúde referentes a esse grupo, como: indicadores de mortalidade (SIM), principais causas de internação hospitalar (SIH), informações sobre gravidez na adolescência (SISPRENATAL), indicadores alimentares (SIAB e SISVAN), entre outros.

A análise desses indicadores fornecerá informações importantes sobre a situação de saúde dessa comunidade, mas não são por si só suficientes ou únicos para definição das linhas de ação.

Os sistemas de informação do SUS podem não ser suficientes para identificar questões de cunho comportamental, psicológicos e sociais. Assim, no diagnóstico situacional, podem ser acrescidos aos indicadores de saúde a análise de outros dados provenientes dos outros setores, como indicadores de desempenho escolar, censos e inquéritos escolares, indicadores sociais, como acompanhamento de condicionalidades de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa-Família, entre outros.

Outro importante caminho é ouvir o que a comunidade tem a dizer. Para tal, estratégias como a realização de rodas de conversa podem ser alternativas interessantes.

O monitoramento é fundamental, para a reorganização das ações e atividades, além de orientar o redirecionamento de investimentos e projetos. Para isso, é necessário realizar periodicamente inquéritos e pesquisas nacionais e regionais sobre fatores de riscos e proteção à saúde dos educandos.

Algumas ações já estão sendo desenvolvidas: Encarte Saúde no Censo Escolar (INEP/MEC); Pesquisa Nacional Saúde do Escolar (PeNSE/MS); Sistema de Monitoramento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (PN DST/AIDS e UNESCO), e Pesquisa Nacional do Perfil Nutricional e Consumo Alimentar dos Escolares (FNDE).

Por fim, para possibilitar a avaliação do impacto das ações desenvolvidas, sugere-se que sejam adotados indicadores de acompanhamento que contemplem a interseção das ações. Estes devem possibilitar a avaliação das ações voltadas às necessidades que serão objeto das ações intersetoriais, em concordância com o projeto político-pedagógico da escola e com o planejamento das equipes de Saúde da Família.

V - Monitoramento e a Avaliação do Projeto Municipal Saúde na Escola

No âmbito das políticas públicas voltadas para educação e saúde é imprescindível o cuidado com a coisa pública. O PSE é um programa que envolve recursos materiais e financeiros, além das pessoas que, fazem a gestão do programa em todas as esferas governamentais. Monitorar e avaliar passam a ser elementos fundamentais do cuidado com as ações de saúde na escola.

Os Ministérios da Saúde e da Educação monitoram o PSE a partir dos indicadores pactuados coletivamente em comissão interministerial constituída em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Educação (Art. 6º do Decreto Nº 6.286).

Uma importante estratégia de monitoramento do Programa é desenvolvida através do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC (http://simec.mec.gov.br). O SIMEC permite monitorar e avaliar as ações do PSE. É composto por 3 cadastros (Cadastro Secretaria, Cadastro Escola e Cadastro Unidade Local Integrada – ULI). Essa ferramenta de gestão permite aos gestores (GTI), se necessário, alterar ou replanejar as atividades locais, mas, sobretudo constitui-se em uma ferramenta cotidiana de acompanhamento intersetorial das ações do programa no âmbito do território de responsabilidade.

É obrigatório o cadastramento no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, dos Estados e Municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola.

O monitoramento do Programa Saúde na Escola no município, realizado pelo GTI, junto com as equipes de educação e de saúde locais será uma importante ferramenta para o redirecionamento das ações e continuidade do processo saúde-escola.

E – SUGESTÃO DE ESTRUTURA DO PROJETO MUNICIPAL PSE 2010

Aqui, você encontra uma das maneiras possíveis de sistematizar todas as informações que apareceram no processo de trabalho participativo e integrado que se realiza no território, envolvendo o maior número possível de atores sociais nele presentes. Este roteiro é apenas uma sugestão, as equipes devem exercer sua autonomia na configuração do projeto.

1 - PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

Por que fazer = justificativa da eleição de determinado problema e/ou dificuldade para o trabalho. Também envolve justificar a priorização de "pedaços" do problema que serão abordados quando este for demasiado complexo para abordar, por exemplo, as temáticas da violência.

De acordo com a Portaria 3696 de 25/11/2010, (Artigo 4°), é preciso desenvolver:

a) *Diagnóstico situacional que compreenda questões referentes aos determinantes sociais, ao cenário epidemiológico da população na faixa etária de 5 a 19 anos e às modalidades de ensino das escolas que estão no espectro de atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) que atuarão no PSE.*

O importante aqui é buscar descrever como está a saúde da população de escolares do município: principais causas de óbito, de internação, situações como uso de álcool e drogas, tabagismo, sedentarismo, obesidade, gravidez na adolescência e outras, pois estes serão os problemas a serem abordados pelo projeto.

Também será fundamental conhecer as redes de saúde e educação, desenvolvendo o:

b) *Mapeamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) na Estratégia Saúde da Família (cobertura, número de equipes, número de agentes comunitários de saúde, etc.) e da rede de escolas federais, estaduais e municipais, criando territórios de responsabilidade, ou seja, estabelecendo espaços comuns para atuação de escolas e equipes de saúde;*

Estas podem ser organizadas em tabelas, por exemplo:

Mapeamento da Rede Pública de Ensino:

				Período**			
Modalidades	Nº	Gestão*	Nº Alunos	D	N	I	Problemas de saúde prioritários
Creche							
Pré-escola							
EF 1ª a 4ª série							
EF 5ª a 9ª série							
Ensino Médio							
EP Nível Básico							
EP técnico							
EJA Alfabetização							
EJA 1ª a 4ª série							
EJA 5ª a 9ª série							
EJA Ensino Médio							
Educação Especial							

Legenda: EF= Ensino Fundamental; EP= ensino Profissionalizante; EJA= Educação de Jovens e Adultos

*Gestão=Municipal, Estadual, Filantrópica **Período de funcionamento: D=diurno, N=noturno e I=Integral

Mapeamento da Rede de Saúde – Estratégia Saúde Família

ESF	Nº
População coberta	
Equipes	
Agentes Comunitários de Saúde - ACS	
Nº médio de famílias	
População coberta por equipe	

Territórios de responsabilidade:

Código IBGE Município	Município	Código CNES da ESF	Código da Escola	Nome da Escola	Nº de alunos

2 - OBJETIVOS

GERAL

Estabelece de maneira geral e abrangente, as intenções da proposta, sua finalidade. O objetivo geral orienta o desenvolvimento da proposta e surge da identificação de um problema.

ESPECÍFICOS

Conjunto de eventos ou ações concretas que somadas contribuem para alcançar o objetivo geral.

3 - AÇÕES

As ações devem ser detalhadas para cada objetivo específico, incluindo atividades e metodologia, atores sociais envolvidos e responsáveis por cada atividade, recursos disponíveis e necessários, cronograma, responsabilidades e indicadores.

Devem conter, de acordo com *Portaria 3696 de 25/11/2010, Artigo 4º:*

c) *Identificação de cada instituição integrante do Programa Saúde na Escola, quantificação do número de escolas, de alunos de cada escola e as questões prioritárias do perfil desses estudantes, bem como definindo responsáveis das áreas de saúde e educação pelo acompanhamento do Projeto dentro de cada território de responsabilidade, e do professor responsável pela articulação das ações de prevenção e promoção da saúde na escola;*

d) *Atribuições conjuntas das Equipes de Saúde Família e das escolas;*

e) *Programação das atividades do PSE que deverão ser incluídas no Projeto Político Pedagógico de cada uma das escolas;*

f) *Proposta de funcionamento do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) - periodicidade de reuniões, integrantes e outros, formas de monitoramento das ações e do Projeto;*

g) *Plano de Ação Local, contendo o cronograma das ações do Projeto em que constem as diferentes fases de implantação e implementação, o prazo e os responsáveis;*

A metodologia deve descrever as formas e técnicas que serão utilizadas para executar o projeto, as questões COMO? COM QUE? ONDE? QUANTO?

A Metodologia deve corresponder às seguintes questões:

a) Como o projeto vai atingir seus objetivos?

b) Como começarão as atividades?

c) Como serão coordenadas e gerenciadas as atividades?

d) Como e em que momentos haverá a participação e envolvimento direto do grupo social?

Deve se descrever o tipo de atuação a ser desenvolvida: pesquisa, diagnóstico, intervenção ou outras; que procedimentos (métodos, técnicas e instrumentos, etc.) serão adotados e como será sua avaliação e divulgação.

Um projeto pode ser considerado bem elaborado quando tem metodologia bem definida e clara. É a metodologia que vai dar a certeza de que os objetivos do projeto realmente tem condições de serem alcançados. Uma boa metodologia prevê três pontos fundamentais: a gestão participativa, o acompanhamento técnico sistemático e continuado e o desenvolvimento de ações de disseminação de informações e de conhecimentos entre a população envolvida.

O cronograma responde a pergunta QUANDO? As atividades que serão desenvolvidas devem se inserir neste lapso de tempo. O cronograma é a disposição gráfica das épocas em que as atividades vão se dar e permite uma rápida visualização da seqüência em que devem acontecer.

4- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Neste item podem ser detalhadas as estratégias de monitoramento e avaliação da saúde dos escolares e também do Projeto Municipal.

Os indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos de uma proposta de ação foram alcançados, dentro de um período determinado de tempo e num território definido. Tais parâmetros são construídos para monitorar, acompanhar e avaliar os resultados da proposta de ação e, entre os mais utilizados, encontram-se:

- **Indicador de processo**

São critérios para acompanhar a realização das atividades, comprovando a realização das etapas mais importantes do Plano de Ação.

- **Indicador de resultado**

Aponta o que foi obtido pela execução das ações desenvolvidas ou do objetivo proposto. Os indicadores de resultado precisam ser avaliados levando em conta o nível de complexidade do serviço e sua adequação para resolver o tipo de problema apresentado pelo usuário do SUS, num determinado período de tempo.

F - BIBLIOGRAFIA DE APOIO SUGERIDA

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. ***Saúde na Escola*** . Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica.Brasília: Ministério da Saúde,2009. 96 p. : il. – Série B. Textos Básicos de Saúde -Cadernos de Atenção Básica ; nº 24.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2009/IBGE, Coordenação de Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Este documento foi elaborado pela Equipe PSE Ministério da Saúde em parceria com a equipe PSE do Ministério da Educação e Cultura.